

OPERAÇÕES NA SELVA

NO TEATRO DE OPERAÇÕES AMAZÔNICO

Major GUSTAVO MORAES RÊGO REIS,
Oficial de Estado-Maior

I — INTRODUÇÃO

Em artigo publicado no número de maio-junho de 1962 desta Revista procuramos delinear as características gerais das Operações Fluviais na Amazônia. Naquele trabalho, analisando os aspectos particulares que as citadas operações, poderiam apresentar, admissíveis no Teatro Amazônico, de acôrdo com certas peculiaridades geográficas das faixas mais permeáveis em que se desenvolveriam, indicamos, com ênfase, as ações realizadas nas largas faixas alagadas — a várzea — marginais aos grandes rios, cortadas de "igarapés" extensos, mais ou menos estreitos, e de línguas de "terra firme", a maneira de divisores, sem relevo notável, tudo coberto de floresta bastante espessa. Dissemos ainda: Serão operações com tropas terrestres, desenvolvidas porém, a cavaleiro daqueles típicos cursos d'água, impondo, em consequência, aptidão operacional "aquática" — reconhecimentos, pequenos deslocamentos e mesmo ações em fôrça — a par de conduta terrestre, geralmente na selva.

Realmente, nos parece que a denominada "Guerra na Selva", pelo menos no Teatro de Operações Amazônico, não poderá furtar-se à feição eminentemente "aquática". As características geográficas, já exaustivamente assinaladas, suas constantes panorâmicas — os rios e a selva — e suas relações de dependência e, afinal, o próprio quadro operacional em que estas ações terão lugar no problema geral do Teatro, tudo isso, leva-nos a admitir como atividades muito íntimas, aquelas de feição "aquática" e as desenvolvidas na Selva, que agora pretendemos esboçar.

Se existe algum tipo de guerra em que o brasileiro — o Brasil — tinha obrigação de antecipar-se em termos de sistematização e de doutrina, era o de Guerra na Selva.

Dispondo em seu território da maior área florestal do mundo, onde confinam cerca de dois terços de suas fronteiras terrestres; tendo largo período de sua História marcado pelo desbravamento, pela conquista, pela ocupação e pela defesa desta área; implantando, afinal, nessa latitude uma civilização singular e única — o Brasil — teria de adiantar-se, por tudo isso, na adequação oportuna dos aspectos militares de conduta identificados à condição geográfica da Amazônia e sedimentados por amplas e fecundas experiências históricas pioneiras.

Tal não acontece porém.

Um nosso ex-instrutor, quando freqüentava a Escola Superior de Guerra da França, por ocasião da Guerra da Indo-China, era comumente consultado, e com muito acatamento, a respeito das soluções brasileiras no tocante às nossas tropas de fronteira na Amazônia. Supunham os franceses que a instrução, o equipamento, fardamento, legislação e tudo o mais, obedecessem a padrões peculiares, condizentes à região. Evidentemente não poderiam eles imaginar que os Elementos de Fronteira sediados no Alto Solimões e no Oiapoque não apresentassem maiores diferenças daquelas outras Unidades das Guarnições do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Perdoem-me o exagêro. Mas cada um de nós quando chega à Amazônia, na medida em que vai dominando os aspectos regionais da atraente área e, particularmente, vislumbrando o equacionamento de seus problemas fundamentais, ao mesmo tempo que se dispõe com energia e ânimo a enfrentá-los e a reduzi-los, sente uma sensação de que terá de iniciar tudo. Sente, extraordinariamente, a falta de um passado próximo, informativo e documentado. São apenas fatos, histórias, casos, lembranças nada perenes.

Parece fora de dúvida, que todo aquêlo acervo, acumulado a duras penas, não tem sofrido o indispensável processamento e a massa valiosa de informes não completa o seu ciclo para atingir, afinal, os elementos mais interessados, mais sôfregos, mais dependentes de seus resultados — as Unidades de Combate da Fronteira.

E até mesmo nesse passado mais recente há observações valiosas fartamente documentadas em relatórios e, em particular, na própria experiência, generosamente vivida por nossos dedicados camaradas que serviram e servem naquelas guarnições. Sob êsse aspecto cumpre assinalar, além dos ensinamentos apreendidos por cêrca de trinta a quarenta tenentes e capitães que freqüentaram o "Centro de Instrução de Guerra na Selva", em Fort Sherman, no Panamá, dois excelentes exercícios de Progressão na Selva levados a efeito em 1958 e 59 pelo 27º BC na região de MANAUS — MANACAPURU, o exercício conjunto, Manobra AMAZÔNIA/59, realizado em BREVES no arquipélago de MARAJÓ, e, afinal, as duas operações contra bandoleiros no vale do JAVARÍ em 1959 e 1960.

Tudo isso constitui, realmente, acervo de excepcional valia, já que procura traduzir, sistematizar e tanto quanto possível, fixar, experiências em situações efetivamente vividas, caracterizando ensinamentos, práticas, perícias, procedimentos e condutas, as mais diversas, capazes de levar o indivíduo a superar as injunções e os percalços para sua sobrevivência na selva e, o grupo de homens a manter-se, deslocar-se e mesmo assumir alguma atitude tática. Falta porém — e nisso os relatórios das Operações contra bandoleiros oferecem argumentos inelutáveis — falta a formalização daquelas experiências, sua tradução em padrões normativos, a ampliação do campo de difusão dos ensinamentos e a adoção generalizada da sistemática de procedimentos e condutas consagradas pela prática.

Na verdade, não podemos considerar ultrapassada a fase inicial de busca de elementos informativos pertinentes à conduta individual e de pequenos grupos na selva, mas acredito que já iniciaremos tarde o trabalho inadiável de ordenação, sistematização e divulgação, em termos doutrinários, dos nossos manuais de Sobrevivência e de Emprêgo das frações elementares autenticamente adequados à Guerra na Selva na Amazônia.

II — CONCEITUAÇÃO

A título de referência, já indicamos na Introdução um conceito de Guerra na Selva na Amazônia, no quadro geral das Operações Fluviais.

Do ponto de vista tático, a Selva pode ser considerada sob dois aspectos.

Primeiro, como regiões passivas, fortemente obstaculizadas, estabelecendo soluções de continuidade entre possíveis frentes de atuação. Verdadeiras barreiras naturais.

Segundo, do ponto de vista operacional, ainda decorrente do primeiro, a Selva é uma contingência. É fácil compreender que não seria razoável pretender-se ocupar e manter regiões de selva, senão transpô-la no mais curto prazo, utilizando as vias de acesso em seu interior, para atingir-se outras regiões mais favoráveis dos pontos de vista tático e logístico.

Evidentemente, os princípios básicos do combate são aplicáveis às ações desenvolvidas na Selva, porém a natureza muito particular do terreno, as ocorrências climáticas e meteorológicas, a natureza, volume e condições outras dos meios a empregar nesses tipos de operações, impõem circunstâncias essenciais, modificando a técnica, os processos de combate e a própria utilização do equipamento.

III — ALGUMAS CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

Quando tratamos das Operações Fluviais procuramos ressaltar as dificuldades para o planejamento dada à carência de informações cartográficas de razoável precisão. Na verdade são cartas em escalas muito pequenas — 1:250.000 e 1:500.000 ou menores — absolutamente impróprias para o planejamento de emprêgo de frações elementares. Ainda mais, há necessidade daquele "sentimento do terreno" do qual também falamos, sensação pessoal, para um justo dimensionamento regional dos conceitos da geografia corrente.

Muito sugestiva foi a experiência vivida por ocasião da segunda atuação contra bandoleiros no rio JAVARÍ. A duração das diversas missões impostas a cinco destacamentos que operaram em uma área de selva aproximadamente igual a todo o Estado do RIO DE JANEIRO, representada cartograficamente apenas por quatro ou cinco grandes rios, fixou-se tão-somente na capacidade de suprimento que cada destacamento poderia conduzir nas costas de seus componentes.

A absoluta ausência de recursos cartográficos e de informes mais ou menos concretos sobre o inimigo indicavam a descentralização das ações e, ao mesmo tempo, tornavam inviável a manutenção do apoio pela im-

possibilidade de se plotar cada um dos destacamentos no curso da ação. Assim as missões muito gerais no espaço, foram fixadas no tempo, tendo em vista a auto-suficiência das respectivas frações e, principalmente, a iniciativa, a energia e o bom senso de seus jovens comandantes, tenentes dos diversos Elementos de Fronteira.

O Terreno e seu conhecimento — Vejamos sob a forma muito geral, quase esquemática, um Estudo do Terreno, observando, em particular, seus fatores militares. Assim:

a. Observação e Campos de Tiro:

O problema da visibilidade no que tange à observação e a campos de tiro fica condicionado a três tipos de terreno:

- as florestas;
- os rios e igarapés;
- as manchas de campos e clareiras (além do caso particular das localidades).

Na floresta, tanto a observação como os campos de tiro reduzem-se a distâncias muito pequenas, não ultrapassando a 20 metros ou pouco mais.

A limpeza dos campos de tiro deve ser evitada para não denunciar armas e atiradores. Os alvos serão, em consequência, inopinados e surgirão a curtas distâncias. Já a observação pelo som pode ser realizada desde muito distante, principalmente, para os ruídos surdos. No interior da selva, homens treinados (mateiros) identificam com certa facilidade ruídos de machado abatendo árvores, remos batendo n'água, latidos, ruídos de galhos quebrados indicando deslocamento de grupo de homens, etc.

A ligação pela vista, embora fundamental, seja para a progressão, seja para o próprio exercício do comando de pequenos elementos, sofre as limitações de alcance já apontadas.

Nos rios e igarapés a observação e os campos de tiro ficam na dependência da maior ou menor largura dos mesmos e da extensão de seus "estirões". O observador ou atirador disposto em embarcação, ou na margem em ponto favorável, terá domínio de vistas e de fogos sobre a superfície líquida, sendo porém, sempre muito difícil penetrar além da barreira de vegetação marginal. Quase sempre nos igarapés mais estreitos, grande quantidade de plantas aquáticas (Mururés), constituindo verdadeiras barreiras flutuantes, dificultam sobremaneira a observação e o tiro sobre a corrente de água e, em certos trechos, chegam mesmo a impedir o deslocamento. Essas barreiras vegetais, em geral, sobem e descem ao sabor das marés que exercem sensível influência no curso de água.

Partida das margens a observação e o tiro serão proporcionados pelos "firmes", quase sempre dominando os maiores "estirões" e não raro

ocupados por um casebre. O tiro então não encontrará impedimento para bater as extensões favoráveis dos cursos de água.

Nos pequenos espaços livres de campos e clareiras a observação e o tiro são francos, limitados tão-somente pela orla da vegetação de porte que guarnece o descampado.

b. Obstáculos:

Do ponto de vista operacional, como estamos analisando, as características gerais da selva, ela mesma por si um obstáculo, retiram um pouco a feição particular no estudo e apreciação desse fator. Assim, ficará mais oportuno destacá-lo quando forem consideradas as vias de acesso e suas respectivas peculiaridades.

c. Cobertas e abrigos:

A cobertura vegetal oferece, em evidência, as condições necessárias para proteger das vistas e, até mesmo dos tiros, os deslocamentos e as posições, haja vista as considerações já apresentadas quanto à observação e campos de tiro.

Também como foi ressaltado, mesmo nos igarapés, graças à vegetação aquática flutuante (Mururés), é muito viável a aproximação de embarcações cobertas das vistas pela massa flutuante de vegetação.

Nas línguas de "terra firme" o relevo do terreno, embora pouco expressivo, permite sempre abrigos naturais para pequenos efetivos e a natureza geralmente arenosa do solo facilita a construção de organizações de terreno com alguma facilidade.

d. Vias de Acesso:

Aqui cabe salientar que as Operações na Selva, admitidas as considerações já apresentadas, proporcionam duas ordens de vias de acesso: as fluviais e as terrestres. Além disso, teremos quase sempre os acessos mistos, isto é, parte fluviais e parte terrestres.

Quando cuidamos das Operações Fluviais, fizemos um relato das características dessas vias de acesso fluvial — os igarapés — no quadro operacional das forças terrestres. Naquela ocasião ressaltamos os problemas de marés, obstáculos submersos, natureza das margens e seus locais de acesso e as condições de navegação a motor e a remo. Não repetiremos.

Vejamos agora as vias de acesso terrestres.

Vamos tentar estabelecer uma série de padrões que, na medida do possível, procuram reproduzir os tipos mais comuns de vias de acesso encontradas na selva. Serão descrições muito esquemáticas visando, principalmente, ressaltar os aspectos militares. Assim:

(1) Pista de retirada de madeira — Tipo de vereda de três a quatro metros de largura, desenvolvendo-se entre árvores de porte segundo uma orientação mais ou menos regular. Piso firme e semi-arenoso.

Grande quantidade de troncos abatidos sobre a trilha. Progressão franca em coluna por dois ou por três, admitindo uma velocidade estimada de 80 metros por minuto (4 km/hora).

(2) Trilha facilmente identificável — Percurso relativamente sinuoso, desbordando as partes baixas e com largura não superior a dois metros. Vegetação marginal arbustiva e de porte. Piso firme, não raro arenoso, porém coberto de certa quantidade de fôlhas. Ambiente úmido e relativamente sombrio. Dificuldade em observar o sol para orientação. Sobre a trilha a observação para ligação talvez alcance trinta metros, porém a facilidade na identificação da trilha permite o aumento dos intervalos entre os homens sem o risco de perder-se. Progressão fácil em coluna por um, admitindo uma velocidade estimada de 50 metros por minuto (2,5 km/hora).

(3) Pique de caçador — Percurso identificável normalmente com alguma dificuldade, muito sinuoso, procurando, em geral, as partes baixas e as cabeceiras dos igarapés. Predominância de vegetação de porte e médio. Trilha não identificável em certos lugares. Ambiente muito sombrio e úmido. Piso embora firme, completamente coberto por espesso tapete de fôlhas que o tornam macio e fôfo. A busca das partes baixas obriga normalmente a cruzar igarapés e igapós de fundo lamento, profundidade reduzida, não ultrapassando um metro, geralmente, onde a vegetação é mais rarefeita e com a predominância de palmeiras, destacando-se o açaiseiro. É também normal o encontro de grandes troncos abatidos. Progressão cuidadosa e reduzida, seja pelos obstáculos que se apresentam, seja pelas restrições quanto à visibilidade para orientação, ligação e observação. A ultrapassagem dos obstáculos exige iniciativa, presença de espírito e cooperação mútua visando sempre a vencê-los mais rapidamente. Velocidade estimada em cerca de 30 metros por minuto (1,5 km/hora) orientado por guia conhecedor da região. Observação visual não superior a 20 metros. As “estradas” dos seringais constituem acessos intermediários entre os dois já citados. São estes os caminhos de circulação na faina penosa dos seringueiros. Ora em forma retilínea, ora circular, partindo e chegando à margem do rio ou igarapé, essas “estradas” serpenteiam na floresta buscando da ordem de 100 a 200 “madeiras” em condições de produção, que pelos sinais de “sangria” podem proporcionar alguma indicação quanto à orientação a seguir. Quando circulares podem favorecer pequenas manobras de desbordamento do curso d’água em questão, sendo seus acessos denunciados, geralmente, pelo “tapiri” (abrigo de palha, muito rústico).

(4) Mata cerrada com predominância de palmeiras — Trilha de identificação muito difícil sem auxílio de guias e, não raro, até mesmo sem o conhecimento prático destes. A vegetação de porte relativamente reduzido apresentando folhagem cortante e grande quantidade de espinhos impõem cuidados, retardando a progressão obrigando a contínua limpeza do facão de mato. Ambiente mais claro e mais quente. Solo firme. Velocidade estimada em 20 metros por minuto (1 km/hora).

(5) Mata intrincada — Vegetação arbustiva e de porte sem vestígios de trilha. Piso firme, porém coberto por espesso tapête de fôlhas sêcas e galhos quebrados. Grande quantidade de cipós e trepadeiras, havendo necessidade da utilização permanente do facão de mato. Ambiente sombrio e úmido. Observação visual não superior a 5 metros. Velocidade de progressão estimada em 15 metros por minuto (750 m/hora).

(6) Igapó — Floresta alagada com predominância de vegetação de porte (mangues) e palmeiras (açaiseiro). Profundidade variável, em geral não ultrapassando 1,5 metros. Fundo lamacento e de aspecto desagradável. Ambiente sombrio e extremamente úmido. Piso irregular e progressão penosa, mesmo quando realizada utilizando os pequenos "tesos" sustentados pelo emaranhado das grandes raízes dos mangues. A expectativa de evitar cruzar pela água abatendo palmeiras a maneira de "pinguelas" para ligar um "têso" a outro reduz ainda mais a velocidade de progressão, que de qualquer maneira, não ultrapassará 10 metros por minuto (500. m/hora). Observação visual da ordem de 10 metros.

Não se pretende com essas descrições sumárias e muito esquematizadas estabelecer padrões rígidos em têrmos de terreno. Ao contrário, elas procuram mostrar a diversidade de aspectos que a nossa reduzidíssima experiência de selva permitiu levantar, procurando apreender, em particular, seus reflexos militares.

Cumpra ainda acrescentar que a movimentação do terreno, apresentando em certas faixas ondulações fortes, barrancos, cortes, ravinas, além de número variável de igarapés, que devem ser cruzados, tudo isso imprevisível face às deficiências já apontadas de informação cartográfica e de observação aérea ampliam as dificuldades de progressão e reduzem a velocidade média de deslocamento.

e. Acidentes Capitais:

Já foi dito, e é fácil compreender que, operacionalmente, a selva é uma contingência. Assim os acidentes capitais em seu interior e em suas orlas serão indicados por:

— pontos de bloqueio de entrada e saídas, geralmente à margem de cursos d'água e não raro ocupados por habitações;

— cruzamentos e bifurcações de trilhas ou caminhos como os descritos e que conduzam a pontos favoráveis;

— locais favoráveis a cavaleiro das trilhas ou fora destas, como clareiras, alturas dominantes, obstáculos de maior vulto e que se prestam a reuniões, estacionamentos, vantagens quanto à observação e ao tiro e às ações inopinadas de emboscadas e contra-emboscadas.

IV — a. ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES

Admitindo que o escalão Companhia constitui o elemento mais importante das nossas formações de fronteiras façamos algumas considerações em tôrno da organização dessa fração.

As ações na selva são montadas e desenvolvidas à base de atividades de Patrulhas, de valor variável, podendo mesmo a própria Companhia constituir uma Patrulha. A descentralização e certa autonomia operacional dos Pelotões, podendo atuar quer isolados quer enquadrados, pressupõe um mínimo de auto-suficiência logística, além da capacidade de sobrevivência, fruto de adestramento individual. Então, parece que o Pelotão deve dispor de meios em homens e material que proporcione aquela faculdade. Essa indicação é resultante de conclusões chegadas no decorrer do Exercício de Progressão realizado pelo 27º BC.

As observações quanto ao equipamento, armamento, fardamento, alimentação e transporte, tôdas elas com implicações sobre a organização das diferentes frações — observações dispersas, como já frisamos — exigiriam trabalho de maior fôlego, além do que nos propusemos.

b. Processos de Combate:

No quadro em que foram colocadas as Operações na Selva como ações complementares às de características fluvial, parece que seria agora mais oportuno enfrentarmos os processos de combate que lhe são peculiares, ao invés de cuidarmos da descrição mais ou menos formal da natureza dessas operações.

Podemos destacar três processos distintos de combate na selva: A Patrulha de Reconhecimento, a Patrulha de Combate e a Emboscada e sua variante, a Contra-Emboscada.

A Patrulha de Reconhecimento — É o órgão, por excelência de busca de informes sobre o inimigo e terreno. As deficiências da observação aérea e quanto a elementos cartográficos fazem com que as Unidades de Selva tenham como escopo de sua instrução o exercício desse processo de combate. Desde o desenvolvimento das aptidões individuais de iniciativa, argúcia, coragem e imaginação até o conhecimento profundo das técnicas de orientação (diurna e noturna), emprêgo das armas, condições de sobrevivência, a par de singular vigor físico, tudo isso é exigido dos elementos de uma Patrulha de Reconhecimento.

A Patrulha de Combate — É um elemento organizado e equipado para cumprir determinada missão. Em consequência, seu efetivo pode variar desde uns poucos homens até uma Companhia ou mais. Geralmente, as Patrulhas de grandes efetivos são organizadas para constituírem bases de patrulhas menores. O Grupo de Combate e o Pelotão são as frações ideais para essas missões. Seu combate, em princípio curto mas violento, exige grande energia e determinação do comandante. Como ficou dito, seu equipamento variará com a missão que normalmente recai em uma ação sobre acidentes capitais, como já os definimos, quando em mãos do inimigo. Cumprirá então conquistá-lo ou destruir suas instalações, quando existentes.

As características principais e essenciais de uma Patrulha de Combate são:

Sigilo no deslocamento, pronta ação pelo fogo e a manobra, tudo conduzido por um alto espírito de iniciativa de seu chefe.

Emboscadas — A emboscada é a ação do fraco contra o forte. É a realização ampla da surpresa. Meio eficiente de conduzir o combate ofensivo na selva, a emboscada constitui a essência da instrução individual e coletiva do combate realizado em um meio — a selva — extraordinariamente favorável à dissociação, impermeável à observação distante, condicionante de direções e velocidades de progressão, em suma, convidativo à surpresa.

A escolha do lugar, paradoxalmente, o não aparentemente indicado para uma emboscada, os cuidados com o disfarce individual, a imobilidade nas posições ocupadas, a surpresa no desencadeamento dos fogos e a energia na ação constituem os aspectos mais importantes e mais delicados no planejamento dessas ações. As formações adotadas variam com as características do terreno sendo de assinalar o risco sempre presente de baixas provocadas pelo próprio fogo amigo.

c. Sobrevivência:

Cumpre destacar, afinal, um item especial sob este título pela importância que se representa com uma das alternativas constantes em toda a sistemática das operações militares na Amazônia.

Acreditamos que tenha ficado suficientemente explícita a contingência criada pelos rios e pela selva em todas as condutas operacionais e logísticas levadas a efeito em áreas significativamente vastas com efeitos bastante limitados.

Daí o relêvo da sobrevivência como um conjunto de conhecimentos, técnicas e perícias capazes de, eventualmente, assegurar a vida e, tanto quanto possível, facilitar a permanência do homem no meio adverso. Trata-se pois, e principalmente, de proporcionar e desenvolver uma capacidade de adaptação ao meio físico, buscando tirar partido de recursos normalmente encontrados e explorar as facilidades que estes possam proporcionar, desde que adequadamente utilizados.

Em primeiro lugar, é preciso então, um levantamento, uma espécie de inventário regional e seletivo daqueles recursos aproveitáveis na emergência, em tal ou qual situação. Depois, as informações práticas para a identificação dos mesmos; as técnicas para seu uso, inspiradas, quase sempre no tradicional procedimento dos habitantes locais; recursos expeditos para a caça e a pesca e a improvisação de aparelhagem adequada; confecção de abrigos, armas, embarcações, etc. E mais ainda, toda sorte de regras práticas de primeiros socorros, orientação, e conduta individual e coletiva levando em conta os fatores negativos atuantes nessas situações como o pânico, o abatimento, as inibições, etc.

Como exemplo, quando preparávamos em 1960, em Belém, um grupo de oficiais que se destinava ao "Centro de Instrução na Selva", no Panamá, sugerimos uma versão adaptada para o processo nemônico pre-

conizado pelo manual americano FM-21-76 SURVIVAL utilizando a própria palavra SOBREVIVÊNCIA, para sintetizar as regras práticas. Assim:

Sondar a situação ;

Orientar-se ;

Balacear os meios disponíveis ;

Recordar sua localização ;

Escolher uma direção de deslocamento ;

Vencer o medo e o pânico ;

Improvisar ;

Valorizar sua vida dosando o esforço e o repouso ;

Estabelecer um sistema regular para as refeições ;

Não esquecer a atuação do inimigo ;

Conduzir-se como os habitantes locais ;

Identificar plantas e animais da região ;

Aplicar os conhecimentos básicos de sobrevivência.

Procuramos desta forma, utilizando o vocábulo perfeitamente identificado à situação em aprêço, incorporar aos princípios indicados pelo manual americano outros tantos que a pesquisa dos relatórios e alguma experiência vivida nos levaram a considerar.

É apenas um desprezioso exemplo do muito que se pode e se deve empreender de realmente autêntico e original e adequado nesse terreno.

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderíamos ter a pretensão de abordar todos os aspectos que dizem respeito às Operações na Selva, em particular no Teatro de Operações Amazônico. Por isso mesmo, desejamos insistir como trabalho oportuno, principalmente, pelas ponderáveis e incisivas observações recolhidas em Relatórios elaborados por diferentes Chefes na vivência efetiva dos problemas militares da Grande Área.

O processamento das informações disponíveis e sua sistematização, a adequação desses elementos em documentação condizente aos quadros operacionais de nossas Unidades de Fronteira e sua difusão pelas citadas Organizações constitui tarefa urgente, missão inadiável. Ainda mais agora, quando se procura empreender uma verdadeira "tomada de consciência" visando a Reorganização do nosso Exército.

É preciso que as nossas Unidades de Fronteira não sejam emboscadas antes de penetrarem na selva pela deficiência de instrução, pelo despreparo profissional, pela omissão.

"Há sempre alguma coisa a tentar no sentido da ação."